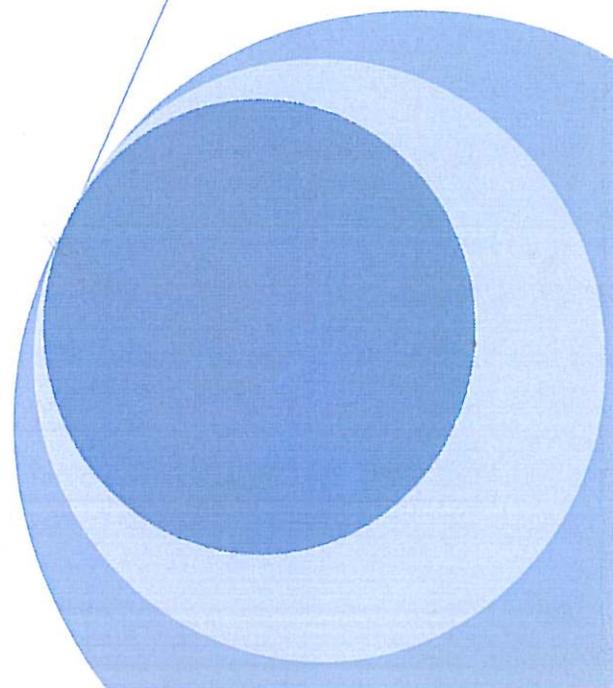




Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'M. Silva' and other illegible marks.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2011



Índice

1. INTRODUÇÃO	2
2. Análise da Execução Orçamental	4
2.1. Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	4
2.2. Orçamento da Receita	5
2.2.1. Receitas Correntes	5
2.2.2. Receitas Capital	6
2.3. Orçamento da Despesa	7
2.3.1. Despesas Correntes	7
2.3.2. Despesas Capital	8
3. Análise da Situação Económica e Financeira	9
3.1. Balanço	10
3.2. Demonstração de Resultados	10
3.3. Rácios	12
4. Limites Legais	14
4.1. Limite de Endividamento	14
5. Proposta para Aplicação de Resultados	16



1. INTRODUÇÃO

As contas anuais devem dar uma imagem verdadeira e apropriada do património, da situação financeira, bem como dos resultados da autarquia.

A imagem verdadeira e apropriada das Demonstrações Financeiras, é conseguida, desde que na sua elaboração sejam observados determinados conceitos, princípios e normas contabilísticas e que tenham determinadas características qualitativas que vão permitir que a informação financeira por elas fornecida seja compreensível pelos seus utentes, nomeadamente:

- Relevância
- Fiabilidade
- Comparabilidade

A RELEVÂNCIA é entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões dos seus utentes, ao ajudá-los a avaliar o passado, o presente e o futuro da autarquia, ou a confirmar ou corrigir as suas avaliações.

A FIABILIDADE é a qualidade que a informação tem de estar liberta de erros materiais e de juízos prévios, ao mostrar apropriadamente o que tem por finalidade apresentar (associada ao princípio da substância sobre a forma).

A COMPARABILIDADE é conseguida através de políticas contabilísticas aplicadas de uma forma consistente (ligada ao princípio da consistência ou da uniformidade).

O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), o qual consubstancia a reforma da administração financeira e das contas públicas no sector da administração autárquica, que é obrigatoriamente aplicável a todas as autarquias locais e entidades equiparadas.

Na senda do referido diploma, "O relatório de gestão a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspectos:

- a) A situação económica relativa ao exercício, analisando em especial a evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;



- b) *Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;*
- c) *Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos e a terceiros nos últimos três anos, individualizando, naquele último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;*
- d) *Proposta fundamentada da aplicação dos resultados líquidos do exercício;*
- e) *Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício."*

Assim, de uma forma sucinta, o relatório de gestão é um documento de prestação de contas que, à semelhança das demonstrações financeiras, tem por objectivo disponibilizar informação de carácter económico, financeiro e social sobre a entidade a que respeita a um conjunto alargado de destinatários e utilizadores dessa informação.

Através da apresentação de mapas, diagramas e demais indicadores de análise apresentados, procura-se espelhar aquela que foi a actividade desenvolvida pelo Executivo na afectação de valor ao domínio público de uma forma geral e aos Municípios do Concelho de Vila Flor em particular, devidamente emoldurada no quadro de competências das Autarquias Locais.

Neste quadro, o Executivo Municipal apresenta, nos termos legais, o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano financeiro de 2011, conforme o preceituado na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações subsequentes impostas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Cabe à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º do referido diploma legal.

O documento agora apresentado foi elaborado em conformidade com o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as introduções pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei 84-A/2002 que aprovou o novo sistema contabilístico das autarquias locais.

De realçar, que o Executivo Municipal prosseguiu uma linha estratégica que contemplou a realização de grandes investimentos necessários ao desenvolvimento económico e social do Concelho e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e, simultaneamente, o esforço de contenção e de racionalização dos custos da estrutura municipal.



2. Análise da Execução Orçamental

A actividade desenvolvida ao longo do exercício de 2011, correspondeu, relativamente aos objectivos estabelecidos no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Actividades Mais Relevantes), ao seguinte desempenho:

- A taxa de realização do orçamento foi de 54,66 %, a que corresponde um montante de despesa realizada de 10.138.006,32 €;
- A taxa de realização das Grandes Opções do Plano que englobam o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Actividades Mais Relevantes (AMR), foi de 39,78 % correspondendo a despesa de 4.004.461,58 €.

2.1. Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O quadro a seguir sintetiza o desempenho da execução dos diversos programas que compõem o PPI.

O desempenho global situou-se nos 41% da dotação total, com uma despesa correspondente na ordem dos 3,29 milhões de euros.

Programa	Montante Previsto	Executado	Taxa de Execução
Educação	199.500,00 €	6.206,57 €	3%
Cultura, Desporto e Tempos Livres	1.217.600,00 €	745.587,61 €	61%
Acção Social	39.500,00 €	0,00 €	0%
Habituação e Urbanismo	2.421.000,00 €	955.457,29 €	39%
Saneamento e Salubridade	272.000,00 €	132.497,61 €	49%
Protecção Civil	2.000,00 €	0,00 €	0%
Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público	894.000,00 €	152.468,81 €	17%
Comunicações e Transportes	2.465.000,00 €	1.196.423,49 €	49%
Defesa do Meio Ambiente	55.000,00 €	39.989,24 €	73%
Reestruturação de Instalações e Modernização de Equipamento	399.000,00 €	64.195,24 €	16%
Outras Despesas	110.000,00 €	1.326,60 €	1%
TOTAL	8.074.600,00 €	3.294.152,46 €	41%



Os objectivos onde se verificaram maior investimento foram as Comunicações e Transportes, a Habitação e Urbanismo e Cultura, Desporto e Tempos Livres, com uma taxa de execução em relação ao montante previsto de 49%, 39% e 61% respectivamente.

O quadro seguinte demonstra a comparação da execução do PPI, entre os anos de 2009-2011.

Programa	2009	2010	2011
Educação	48.009,03 €	58.939,89 €	6.206,57 €
Cultura, Desporto e Tempos Livres	211.390,75 €	283.736,00 €	745.587,61 €
Acção Social	10.701,71 €	3.284,70 €	0,00 €
Habitação e Urbanismo	975.092,40 €	378.148,42 €	955.457,29 €
Saneamento e Salubridade	163.759,88 €	180.603,89 €	132.497,61 €
Protecção Civil	23.500,00 €	0,00 €	0,00 €
Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público	101.552,23 €	124.953,33 €	152.468,81 €
Comunicações e Transportes	684.046,01 €	257.911,94 €	1.196.423,49 €
Defesa do Meio Ambiente	29.419,03 €	12.532,43 €	39.989,24 €
Reestruturação de Instalações e Modernização de Equipamento	177.002,42 €	72.593,08 €	64.195,24 €
Outras Despesas	412.667,59 €	106.119,82 €	1.326,60 €
TOTAL EXECUTADO	2.837.141,05 €	1.478.823,50 €	3.294.152,46 €
TOTAL PREVISTO	8.640.879,00 €	8.691.470,00 €	8.074.600,00 €

Da sua análise depreende-se que o investimento executado diminui de 2009 para 2010, no entanto, em 2011 verificou-se um acréscimo de 1.815.328,96 €, comparativamente a 2010, o que equivale a um aumento de 122%.

2.2. Orçamento da Receita

2.2.1. Receitas Correntes

As receitas correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011



Receitas	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	Taxa de Execução
Correntes	8.609.373,00 €	6.356.986,74 €	62,67%	74%
Capital	9.933.891,00 €	3.783.375,49 €	37,30%	38%
Outras Receitas	5.000,00 €	4.000,00 €	0,04%	80%
Total Geral	18.548.264,00 €	10.144.362,23 €	100,00%	54,69%

A cobrança foi inferior à dotação inicial em 26%. Os cerca de 6,36 milhões de euros arrecadados representam a base de financiamento do conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da Autarquia.

Como se pode observar do quadro abaixo, as receitas mais relevantes advêm dos impostos directos (IMT, IMI e IMV), das Transferências Correntes da Administração Central - Orçamento de Estado (FEF, FSM E participação variável no IRS) e da Venda de Bens e Serviços.

RECEITAS CORRENTES	2009	2010	2011
Impostos Directos	670.800,79 €	366.257,75 €	449.516,90 €
Impostos Indirectos	3.231,17 €	4.657,32 €	6.853,12 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	39.598,53 €	77.067,28 €	89.036,04 €
Rendimentos de Propriedade	268.462,46 €	263.374,42 €	274.149,81 €
Transferências Correntes	5.033.764,99 €	4.578.596,00 €	4.789.477,06 €
Vendas de Bens e Serviços Correntes	644.845,03 €	663.989,99 €	678.452,04 €
Outras Receitas Correntes	77.969,27 €	13.336,24 €	69.501,77 €
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	6.738.672,24 €	5.967.279,00 €	6.356.986,74 €

De salientar que as receitas correntes tiveram um acréscimo relativamente a 2010 de 389.707,74 €.

2.2.2. Receitas Capital

Em relação às receitas de capital, o Município de Vila For continua, inevitavelmente, muito dependente das transferências de terceiros.

Como se pode constatar, as Transferências de Capital representam cerca de 97% do total da Receita de Capital.



RECEITAS DE CAPITAL	2009	2010	2011
Venda de Bens de Investimento	32.584,07 €	291.792,52 €	95.275,00 €
Transferências de Capital	2.154.261,66 €	2.450.701,60 €	3.688.100,49 €
Passivos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras Receitas de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	2.186.845,73 €	2.742.494,12 €	3.783.375,49 €

Destas transferências de cerca de 1.94 milhões de euros, 1.937.114 € dizem respeito ao FEF.

2.3. Orçamento da Despesa

2.3.1. Despesas Correntes

As despesas correntes pagas, com uma execução de 72 %, representam cerca de 6.13 milhões de euros.

Despesas	Dotação	Execução	Peso da Rubrica	Taxa de Execução
Correntes	8.481.930,00 €	6.133.544,74 €	60,50%	72%
Capital	10.066.334,00 €	4.004.461,58 €	39,50%	40%
Total Geral	18.548.264,00 €	10.138.006,32 €	100,00%	54,66%

Na sua composição é notório o peso da rubrica Despesas com Pessoal e a de Aquisição de Bens e Serviços. Estas rubricas representam 85% da despesa total.

DESPESAS CORRENTES	2009	2010	2011
Despesas com o pessoal	2.928.826,23 €	3.078.998,57 €	2.944.216,74 €
Aquisição de Bens e Serviços	1.873.996,42 €	2.250.004,86 €	2.245.287,55 €
Juros e Outros Encargos	141.974,55 €	41.531,88 €	54.294,93 €
Transferências Correntes	912.399,29 €	1.038.919,13 €	652.223,53 €
Subsídios	0,00 €	0,00 €	169.500,00 €
Outras Despesas Correntes	29.144,30 €	40.417,61 €	68.021,99 €
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	5.886.340,79 €	6.449.872,05 €	6.133.544,74 €



Na análise da evolução entre 2009 a 2011 constata-se um ligeiro decréscimo da despesa corrente na ordem dos 5%, o que, tendo presente os aumentos da inflação e toda a condicionante económica do País, revela uma estratégia do Executivo de contenção deste tipo de despesa.

2.3.2. Despesas Capital

As despesas de capital pagas, com uma execução de 40 %, um pouco mais de de 4 milhões de euros, representam o investimento que o Município realiza com os diversos projectos que constam no Plano Plurianual de Investimentos.

DESPESAS DE CAPITAL	2009	2010	2011
Aquisição de Bens de Capital	2.142.683,01 €	1.478.823,50 €	3.294.152,46 €
Transferências de Capital	401.041,05 €	247.717,39 €	384.015,99 €
Activos Financeiros	0,00 €	0,00 €	5.100,00 €
Passivos Financeiros	296.926,99 €	274.785,33 €	321.193,13 €
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	2.840.651,05 €	2.001.326,22 €	4.004.461,58 €

Estas despesas são totalmente absorvidas pela Aquisição de Bens de Capital, que representa 98% do total.

Assim, neste exercício económico registaram-se os seguintes valores:

	Valor
Receitas Correntes	6.356.986,74 €
Despesas Correntes	6.133.544,74 €
Diferença	223.442,00 €
Receitas de Capital	3.783.375,49 €
Despesas de Capital	4.004.461,58 €
Diferença	-221.086,09 €

Deste resumo conclui-se que as receitas correntes foram superiores às despesas da mesma natureza em 223.442,00 €.

Todavia, no lado do capital foram as despesas que foram superiores às receitas em 221.086,09€, o que deve ao incremento do investimento no Concelho.

Somando capital e corrente, a receita anual foi superior à despesa em 2.355,91 €, se a este valor somarmos o valor das Outras Receitas, temos um superavit orçamental de 6.355,91 €.

3. Análise da Situação Económica e Financeira

A análise económica e financeira sintetiza os resultados e a situação patrimonial do Município de Vila Flor em 31 de Dezembro de 2011.

Enquanto a execução orçamental reflecte a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e as Demonstrações de Resultados espelham a situação do Município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

A actividade de um município tem aspectos muito particulares, bem distintos da actividade de uma qualquer empresa. De facto, enquanto estas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objectivo final da maximização do lucro, boa parte da actividade dos municípios está concentrada, não na produção de bens ou serviços, mas na construção/aquisição de imobilizado, com o fim último de contribuir para a satisfação das necessidades dos munícipes e desta forma para o aumento do bem-estar público.

A análise financeira far-se-á utilizando os seguintes elementos:

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Rácios



3.1. Balanço

O balanço, é uma ferramenta de gestão, que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia, traduzindo os seus direitos e obrigações.

ACTIVO		PASSIVO	
Imobilizado		Fundos Próprios	
Bens de domínio Público	5.744.036,21 €	Património	12.647.011,97 €
Imobilizações Corpóreas	28.817.417,47 €	Reservas	694.941,68 €
Imobilizações Incorpóreas	72.133,35 €	Resultados Transitados	10.651.844,23 €
Investimentos Financeiros	132.073,00 €	Resultados Líquidos do Exercício	1.353.354,10 €
Circulante		Passivo	
Dívidas de Terceiros - CP	338.640,50 €	Dívidas a Terceiros - M/L Prazo	2.862.031,94 €
Depósitos Inst. Finan. e Caixa	1.189.947,08 €	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	2.423.732,48 €
Acréscimos e Diferimentos	56.972,13 €	Acréscimos e Diferimentos	5.718.303,34 €
Total do Activo	36.351.219,74 €	Total dos Fundos Próprios +Passivo	36.351.219,74 €

A partir da sua análise, verificámos que em termos de Activo, o Imobilizado representa mais de 96% do valor do Balanço, não restando para as outras rubricas grande expressividade.

Quanto aos Fundos Próprios + Passivo, constata-se que os Fundos Próprios contribuem com quase 70%.

Relativamente ao Passivo houve um aumento, em relação a 2010, na ordem dos 1,96 milhões euros, fruto do aumento do diferimento de proveitos de subsídios de obras financiados para exercícios posteriores de um acréscimo ligeiro da Dívida de Curto Prazo, no entanto, a Dívida de Médio e Longo Prazo decresceu um pouco mais de 321 mil euros.

3.2. Demonstração de Resultados

Para compreendermos a formação do resultado líquido, aparentemente elevado, temos que ter em conta que parte da receita contabilizada na classe 7 não é canalizada para gastos correntes (custos do exercício), mas sim para investimentos, contabilizadas na classe 4 do POCAL (Imobilizado). Só uma parte desta despesa de investimento é transferida anualmente para custos, por via das amortizações do exercício. Como a maioria da receita vai à classe 7



(proveitos), mas parte substancial da despesa vai à classe 4, é normalmente originado um resultado líquido positivo.

O Município de Vila Flor, encerrou as suas contas de 2011 com um Resultado Líquido do Exercício de 1.353.354,10 €.

Contribuíram para este resultado, a venda de produtos, a prestação de serviços, as receitas de impostos e as transferências do Estado, que, superaram os custos com o pessoal, com as aquisições de bens e serviços, com as amortizações do exercício, com as transferências concedidas, com os custos financeiros, etc.

A Demonstração de Resultados será então, o retrato dos custos e proveitos da actividade Municipal em 2011, sintetizada no quadro abaixo:

Demonstração de Resultados

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS	2009	2010	2011
Resultados Operacionais	2.035.131,06 €	1.945.460,05 €	1.773.982,61 €
Resultados Financeiros	-89.884,17 €	5.412,23 €	-13.828,12 €
Resultados Correntes	1.945.246,89 €	1.950.872,28 €	1.760.154,49 €
Resultados Extraordinários	-366.866,73 €	78.373,20 €	-406.800,39 €
Resultado Líquido do Exercício	1.578.380,16 €	2.029.245,48 €	1.353.354,10 €

Os Resultados Operacionais diminuiram em relação aos dois anos anteriores, devido sobretudo ao aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos e das Amortizações do Exercício. Houve também uma quebra dos Resultados Financeiros e Extraordinários, que passaram a apresentar valores negativos.

Resultados Operacionais

PROVEITOS OPERACIONAIS	Valor	CUSTOS OPERACIONAIS	Valor
Vendas e Prestação de Serviços	558.993,84 €	Fornecimentos e Serviços Externos	2.306.766,53 €
Impostos e Taxas	559.545,38 €	Custos com o Pessoal	2.720.416,94 €
Proveitos Suplementares	364.238,60 €	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	770.850,81 €
Transferências e Subsídios Obtidos	6.740.041,06 €	Amortizações do Exercício	636.037,99 €
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		Provisões do Exercício	
		Outros Custos Operacionais	14.764,00 €
Total	8.222.818,88 €	Total	6.448.836,27 €



Os Fornecimentos e Serviços Externos e os Custos com o Pessoal representam a maior fracção dos custos operacionais, enquanto que as Transferências e Subsídios Obtidos o maior proveito operacional.

Resultados Financeiros

PROVEITOS FINANCEIROS	Valor	CUSTOS FINANCEIROS	Valor
Proveitos e Ganhos Financeiros	41.132,69 €	Custos e Perdas Financeiras	54.960,81 €
Total	41.132,69 €	Total	54.960,81 €

Os Resultados Financeiros apresentaram um saldo negativo de 13.828,12 €, bem como os Resultados Extraordinários, cujo valor se cifra em 406.800,39 €, como se demonstra a seguir.

Resultados Extraordinários

PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS	Valor	CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS	Valor
Proveitos e Ganhos Extraordinários	152.086,81 €	Custos e Perdas Extraordinárias	558.887,20 €
Total	152.086,81 €	Total	558.887,20 €

3.3. Rácios

Quanto aos rácios relativos ao grau de financiamento do investimento, constantes no quadro seguinte, podemos verificar um aumento, do peso do Investimento na Receita Total e um enorme acréscimo do peso dos Fundos Comunitários no Investimento, em comparação com 2010.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2009	2010	2011
Peso dos Empréstimos no Investimento	Empréstimos / Investimento	121,88%	215,26%	86,88%
Peso do Investimento na Receita Total	Investimento / Receita Total	31,76%	16,98%	32,47%
Peso dos Fundos Comunitários no Investimentos	Fundos Comunitários / Investimento	4,85%	6,60%	51,93%

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011



Uma análise aos rácios orçamentais, apresentados de seguida, permite concluir que o Município apresenta valores bastante satisfatórios.

Rácio	Fórmula de Cálculo	2009	2010	2011
Cobertura das despesas pelas receitas	Receita Total/Despesa Total	102,35%	103,06%	100,06%
Cobertura das despesas s/ recurso a empréstimos	(Receita Total-Empréstimos)/Despesa Total	62,73%	99,29%	71,83%
Peso das Despesas c/ Pessoal nas Despesas Correntes	Despesa c/Pessoal/Despesas Correntes	49,76%	47,74%	48,00%
Peso das Despesas Correntes nas Receitas Correntes	Despesas Correntes/Receitas Correntes	87,35%	108,09%	96,48%
Peso das Receitas de Capital nas Despesas de Capital	Despesas de Capital/Receitas de Capital	76,98%	72,96%	105,84%

Rácio	Fórmula de Cálculo	2009	2010	2011
Rendibilidade dos Fundos Próprios	Resultado Líquido / Fundos Próprios	7,21%	8,48%	5,34%
Rendibilidade dos Capitais Permanentes	Resultado Operacional/ Capitais Permanentes	8,03%	7,18%	6,29%
Rendibilidade do Activo	Resultado Operacional/ Activo Líquido	6,47%	5,90%	4,88%
Solvabilidade	Fundos Próprios/Capitais Alheios	400,87%	479,19%	479,54%
Liquidez Geral	Activo Circulante/ Passivo Circulante	62,38%	84,28%	65,90%
Autonomia Financeira	Fundos Próprios/Activo Líquido	69,63%	72,56%	69,73%

Da análise dos indicadores económico-financeiros destaca-se o seguinte:

- Os rácios da Rendibilidade que fornecem a medida de remuneração dos Fundos Próprios, dos Capitais Permanentes e do Activo, apresentam valores adequados;
- O rácio da Solvabilidade, que mede a capacidade financeira global da autarquia poder solver melhor ou pior os seus compromissos, definindo o grau de dependência em relação aos credores, revela um valor muitíssimo aceitável;
- O rácio da Liquidez Geral apresenta um valor adequado, o que significa que o activo circulante cobre quase 2/3 do passivo de curto prazo;
- O rácio da Autonomia Financeira, que evidencia a parte do Activo coberto pelos Fundos Próprios, tem um valor elevado, o que comprova uma reduzida dependência da autarquia face aos seus credores.

Por estes indicadores, facilmente se conclui que o Município possui uma inegável robustez financeira, pelo que numa perspectiva de curto ou médio e longo prazo, pode-se afirmar que as questões de ordem financeira não comprometem a actividade futura.

4. Limites Legais

4.1. Limite de Endividamento

Segundo o artigo 36.º da referida Lei o endividamento municipal *“é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas aos fornecedores, e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros”*.

Tendo por base o mesmo artigo *“para efeitos de cálculo do limite de endividamento e do limite de empréstimos contraídos, o conceito de endividamento líquido inclui:*

- a) O endividamento líquido e os empréstimos das Associações de Municípios, proporcional à participação do município no seu capital social;*
- b) O endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o sector empresarial local, proporcional à participação do município no seu capital, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no regime jurídico do sector empresarial.”*



O artigo 39.º acrescenta que o montante da dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longos prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das recitas provenientes de impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º1 do artigo 19.º, da participação nos resultados as entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior."

Também há limites para os empréstimos de curto prazo, mas o Município não possui empréstimos desta natureza.

De acordo com o artigo 53.º da Lei do Orçamento do Estado para 2011, o limite de endividamento líquido para cada município é igual ao valor registado a 30 de Setembro de 2010.

O limite de endividamento de médio e longo prazo é igual ao valor do endividamento de médio e longo registado a 30 de Setembro de 2010 acrescido do valor resultante do rateio previsto no n.º 2 do artigo 53.º do OE/2011.

Assim os limites ao endividamento são os seguintes:

- Limite ao endividamento de médio e longo prazo - 3.183.288 €
- Limite ao endividamento líquido - 3.668.986 €

De salientar que os limites de endividamento em 2010 eram:

- Limite ao endividamento de médio e longo prazo - 6.816.926 €
- Limite ao endividamento líquido (o anterior multiplicado por 1.25) - 8.521.157 €

O endividamento verificado pelo Município, em 31 de Dezembro de 2011, é o seguinte:

- Endividamento de médio e longo prazo:
 1. Empréstimos a médio e longo prazo - 2.862.031,94 €
 2. Empréstimo excepcionados - 1.394.073,00 €
 3. Empréstimos não Excepcionados - 1.467.958,94 €
 4. Contribuição AM, SM e SL para o endividamento MLP - 420.288,46 €
 5. Saldo do endividamento de médio e longo prazo – 1.888.247,40 €

- Endividamento líquido do Município:
 1. Empréstimos Bancários - 1.467.958,94 €
 2. Outras dívidas - 2.423.732,48 €
 3. Depósitos Bancários e Caixa - 1.189.947,08 €
 4. Dívidas de Terceiros - 338.640,50 €
 5. Investimentos Financeiros do Município - 132.073,00 €
 6. Acréscimo de Proveitos e Custos Diferidos - 56.972,13 €
 7. Acréscimo de Custos – 101.758,78 €
 8. Contribuição AM, SM e SL para o endividamento - 215.933,86 €
 9. Saldo do endividamento líquido – 2.491.751,35 €

Face à enorme redução dos limites de endividamento verificados em 2011 em relação a 2010, as conclusões a reter, quanto ao cumprimento dos limites legais, são as seguintes:

- O Município apenas atingiu 59,32 % do limite legal permitido para o endividamento com empréstimos de médio e longo prazo;
- O Município apenas atingiu 67,91 % do limite legal permitido para o endividamento líquido.

Não restam dúvidas, face a estes números, que o Município regista um baixo nível de endividamento.

5. Proposta para Aplicação de Resultados

Nos termos do ponto 2.7.3.3, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, quando se verificar saldo positivo na conta 59 «Resultados Transitados», o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

O ponto 2.7.3.4 acrescenta que é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 «Património» corresponda a 20% do Activo Líquido.



Na senda do ponto 2.7.3.5, sem prejuízo do disposto do número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 «Reservas Legais» no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.

Assim para cumprimento da norma legal, o Executivo Autárquico, propõe que o Resultado Líquido do Exercício de **1.353.354,10 €** seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas Legais - **67.667,70 €**
- Reforço da conta 51 «Património» - **1.285.686,40 €**